

PROJETO DE LEI Nº 027/15

Altera as Leis Estaduais nº 924, de 13 de setembro de 2013, e 581, de 16 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Tabela IV do Anexo II da Lei nº 924, de 13 de setembro de 2013, referente aos cargos de Reitor e Vice-Reitor, passa a vigorar conforme a redação do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 581, de 16 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Os cargos de Reitor e Vice-Reitor terão suas formas de provimentos estabelecidos em Estatuto e Regimento Geral. **(NR)**.

§1º Os cargos de coordenadores de cursos são exercidos exclusivamente por professores da UERR, eleitos conforme o Regimento Interno e nomeados pelo Reitor. **(NR)**

§2º Os cargos de coordenadores de cursos, CNES-IV, só poderão ser providos mediante a criação, implantação e funcionamento do respectivo curso.”**(NR)**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Antônio Martins, 05 de agosto de 2015.

Deputado **JALSER RENIER**
Presidente

Deputado **NALDO DA LOTERIA**
1º Secretário

Deputado **MARCELO CABRAL**
2º Secretário

ANEXO ÚNICO- PROJETO DE LEI 027/15

REQUISITOS, ESCOLARIDADE E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

CARGO	REITOR	CÓDIGO/PADRÃO	Subsídio
REQUISITOS PARA INGRESSO	Ser professor do quadro efetivo da UERR e gozar de estabilidade.		
ESCOLARIDADE MÍNIMA			
ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS			
Representar a UERR em juízo ou fora dele, além de todas as atribuições contidas no artigo 22, do Estatuto da Universidade, aprovado pelo Decreto nº 14.444–E de 15 de agosto de 2012.			

CARGO	VICE-REITOR	CÓDIGO/PADRÃO	Subsídio
REQUISITOS PARA INGRESSO	Ser professor do quadro efetivo da UERR e gozar de estabilidade.		
ESCOLARIDADE MÍNIMA			
ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS			
Substituir o reitor em suas faltas e impedimentos, além de todas as atribuições contidas no artigo 24, do Estatuto da Universidade, aprovado pelo Decreto nº 14.444–E de 15 de agosto de 2012.			